

## O Plano Collor

IVAN COLANGELO SALOMÃO (\*)

Mais conhecido pelos escândalos políticos, os quais, entre outros fatores, resultaram em seu impedimento, o governo Collor (1990-1992) e o entendimento acerca de seus significados vêm sofrendo revisões favorecidas pelo benefício do transcorrer cronológico. Mais de três décadas após os eventos disruptivos daquele período, a política econômica do primeiro presidente democraticamente eleito após 21 anos de ditadura militar pode ser mais bem analisada e compreendida além do choque de capitalismo que se prometia promover.

O primeiro e mais importante desafio enfrentado pela nova equipe econômica foi, de fato, o descontrole inflacionário herdado do governo Sarney. De dezembro de 1989 a março de 1990 – exatamente os três meses entre a vitória e a posse de Fernando Collor de Mello –, o Brasil registrou os mais elevados índices inflacionários de sua história estatisticamente documentada (ANDRADA, 2018). Ciente de que o sucesso do novo governo dependia diretamente do êxito da política de combate à inflação, a ministra da Economia não poupou na criatividade e na ousadia para atingir tais objetivos.

Anunciado um dia após a posse do presidente, o Plano Brasil Novo – popularmente conhecido como Plano Collor – estava inserido em um contexto mais amplo de reformas institucionais em linha com o chamado Consenso de Washington (1989) – um conjunto de medidas liberalizantes concatenadas e sistematizadas em reuniões lideradas pelo economista John Williamson. Caracterizada pela hegemonia da economia de mercado (FUKUYAMA, 1992), a última década do século XX consolidou a vitória ideológica do liberalismo, que, do ponto de vista econômico, foi operacionalizada por meio de medidas de disciplina fiscal, taxas de câmbio e de juros livres, mobilidade de capitais, privatização, desregulamentação financeira e garantias de segurança jurídica para contratos e direitos de propriedade.

No que concernia especificamente à inflação, o diagnóstico da equipe econômica delegava ao excesso de liquidez sua principal origem. Nesse sentido, além da substituição do cruzado novo pelo cruzeiro, a estratégia monetária do Plano Collor passava pelo chamado “sequestro de liquidez”, uma das medidas econômicas mais trau-

máticas já adotadas na história contemporânea do Brasil.

Mote central do plano, o governo tornou indisponíveis 80% do M4, comprimindo tanto a quantidade de moeda em circulação (M1), quanto a disponibilidade de todos os demais ativos financeiros, resultando, assim, em expressiva contração da liquidez (PASTORE, 1991). Isso porque os limites sequestrados foram, de fato, rigorosos. Para os depósitos à vista e cadernetas de poupança, os valores acima de 50 mil cruzados novos foram bloqueados por 18 meses (remunerados por juros e correção monetária de 6% ao ano), período a partir do qual foram devolvidos – em cruzeiros, a nova moeda – em 12 parcelas iguais. Já para os depósitos a prazo valiam as mesmas regras de remuneração e prazo, mas o governo bloqueou o excedente a 25 mil cruzados novos ou 20% do total aplicado (o que fosse maior). A severidade da medida pode ser mais bem observada quando se convertem tais limites pelo câmbio da época: os 50 mil cruzados a que milhões de brasileiros tiveram acesso correspondiam a aproximadamente US\$ 1.200 (CASTRO, 2011).

Inobstante as severas críticas de que foi alvo em diversos setores da sociedade brasileira<sup>1</sup>, o plano monetário continha algum embaçamento teórico. De acordo com Carvalho (2000), havia pelo menos três elementos a justificar o sequestro de liquidez: (1) a tendência à remonetização nos casos de desinflação brusca e a dificuldade de controlar seus efeitos negativos sobre a estabilização dos preços; (2) as consequências da elevada liquidez sobre os haveres financeiros, o que gerava a chamada “moeda indexada”; e (3) o crescimento acelerado da dívida mobiliária interna e seu deficiente esquema de refinanciamento diário no mercado monetário. Nesse sentido é que se argumenta que o bloqueio não se pretendia um tratamento de choque, tal como o Plano Cruzado, mas procurava apenas evitar a chamada remonetização pós-estabilização, fenômeno observado após o controle abrupto da inflação por meio de um congelamento.

Além da estratégia monetária, o plano também procurava abarcar o desequilíbrio fiscal, tendo o governo prometido entregar um superávit fiscal de 2% do PIB em 1990 (ANDRADA, 2018). A começar pelo efeito placebo do necessário, ainda que cosmético enxugamento da máquina federal, em nome do qual o governo extinguiu de imediato 24 órgãos e empresas estatais, demitindo os funcionários não estáveis, conforme uma das principais

promessas da campanha eleitoral (CPDOC, 2022).

Por fim, o plano previa um congelamento de preços e salários, cujos reajustes passariam a se basear em índices de inflação prefixados, medida que procurava atenuar os efeitos da indexação por meio da substituição por uma regra de *forward looking*. Estratégia economicamente desacreditada e socialmente rechaçada, o congelamento foi duramente criticado e não atingiu os objetivos a que se propôs. Por sua vez, a política salarial, que não acompanhava a inflação realmente observada, também ensejou críticas, sobretudo dos sindicatos de trabalhadores.

Do ponto de vista de políticas institucionais ou de longo prazo, o governo lançou o Plano Nacional de Desestatização (PND), um marco na história econômica do país. O PND simbolizava a concretização de uma das mais repetidas promessas feitas durante a campanha eleitoral, por meio da qual o então candidato Collor se comprometeu a eliminar o “estado produtor”, abrir as portas do país para a concorrência externa e dar um choque de capitalismo na economia brasileira. Apesar dos resultados tímidos, tratou-se da inauguração de um importante capítulo na história brasileira, sem a qual o Plano Real dificilmente teria logrado controlar a inflação dois anos depois.

Com esse fim, o governo elaborou a Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE), com a qual se pretendia oferecer condições de competitividade às empresas brasileiras que sobrevivessem à abertura comercial sem a necessidade de proteção estatal. O projeto incentivava investimentos em P&D, eficiência produtiva e aumento da qualidade dos bens disponibilizados à população. Para tanto, adotaram-se políticas de específicas de financiamento, de comércio exterior e de capacitação tecnológica (SANTOS *et al.*, 1992).

Apesar dos choques e turbulências em que tais políticas incorreram, o governo Collor não atingiu seu principal objetivo econômico: controlar a escalada dos preços. No primeiro semestre de 1990, a inflação cedeu de 80% para aproximadamente 10% ao mês (CASTRO, 2011). Já em maio, porém, o Tribunal Superior do Trabalho suspendeu dissídios coletivos regionais, cujos efeitos sobre os reajustes salariais incentivaram o aumento dos demais preços da economia. A partir da segunda metade de 1990, o governo viu seu capital político esvair-se diante da renitência da inflação. Ao final do ano, o aumento dos preços era de aproximadamente 1.700% no acumulado em 12 meses, segundo o IGP-M/FGV. Era o triste fim de (mais um) plano cuja morte se previa desde o seu lançamento.

Ainda assim, apesar da enorme turbulência causada pela curta passagem desse personagem controverso pela Presidência da República, o saldo positivo de seu governo merece ser reavaliado. Além do aprendizado institucional, o lançamento da pedra fundamental do caminho rumo a uma economia de mercado deve ser legitimamente creditado a esse governo tão fugaz quanto disruptivo. Medidas de vulto, como um processo de desestatização e de abertura comercial não podem ser, definitivamente, relegadas às notas de rodapé da história brasileira.

## Referências

- ANDRADA, A. Quem, afinal, apoiou o Plano Collor? **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 38, n. 4, p. 781-799, 2018.
- CARVALHO, C. O Plano Collor no debate econômico brasileiro. **Pesquisa & Debate. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política**, v. 11, n. 1, p. 112-151, 2000.
- CASTRO, L. Privatização, abertura e desindexação: a primeira metade dos anos 90 (1990-1994). In: GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; CASTRO, L.; HERMANN, J. **Economia brasileira contemporânea [1945-2010]**. São Paulo: Editora Campus, 2011.
- CPDOC. Verbete: Zélia Maria Cardoso de Melo. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**. 2022. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/zelia-maria-cardoso-de-melo>.
- FUKUYAMA, Francis. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- PASTORE, A. C. A reforma monetária do Plano Collor. **Revista Brasileira de Economia**, v. 45, n. Especial, p. 157-174, 1991.
- SANTOS, C. *et al.* A política industrial e de comércio exterior do Governo Collor. **Cadernos EBAP**, n. 59, 1992.
- já adotadas por um governante, Andrada (2018) sugere que a recepção imediata não foi totalmente negativa. Além da bem avaliada (promessa) de ajuste fiscal, as reformas estruturais – com destaque para a abertura comercial e financeira, e as privatizações – agradaram determinados setores específicos. Mesmo entre a classe política, cujo apoio fora desdenhado desde a campanha, o plano angariou algum apoio parlamentar.

(\*) *Professor do Departamento de Economia da Universidade de São Paulo (FEA/USP). (E-mail: ivansalomao@gmail.com).*